

Relatório de Atividades

2019

TransparênciaBrasil

3 Carta dos diretores

6 Transparência

7 Em defesa da Transparência pública

8 Seminário: Transparência fiscal

9 Seminário: Transparência a sete chaves

10 Achados e Pedidos

12 Conselhos de Transparência

14 Controle Social

15 Monitoramento de obras de creches e escolas

17 Tecnologias cívicas

19 Integridade

20 Combate à improbidade partidária

21 Rede de Advocacy Colaborativo (RAC)

22 Pacto pela Democracia

23 Notas Públicas

25 Promoção de ideias

26 Coluna do diretor-executivo

27 Publicações

31 Artigos de opinião

32 Projeção

33 Projeção

35 Novas associações

36 Agradecimentos

42 Institucional

45 Finanças

CARTA DOS DIRETORES

O ano de 2019 foi cheio de desafios e aprendizados. O novo contexto político e as ameaças à democracia trouxeram a necessidade de atuar de novas maneiras. A conclusão dos nossos projetos de monitoramento de obras de creches e escolas nos levou a realização de um balanço necessário para dar continuidade a novas frentes de trabalho. O resultado de tudo isso foi um ano de **trabalho colaborativo** com outras organizações da sociedade civil e de **impacto** no controle social.

Os ataques à democracia e à participação da sociedade civil na vida política, os retrocessos na transparência pública e as frequentes declarações descabidas do presidente da República e de altos escalões do governo – além de familiares – colocaram desafios de como responder a essas falas e ações. No início, dedicamos tempo considerável de nossa pequena equipe para produzir notas e dar declarações à imprensa.

Essa reação individual da organização consumiu muito tempo – afinal, não foram raras, infelizmente, as situações em que éramos obrigados a nos pronunciar –, de forma que prejudicava a dedicação aos nossos projetos e à nossa própria agenda. Aos poucos, aprendemos que é preciso trabalhar **coletivamente**, tanto para aumentar eficiência quanto potência, e reduzimos esse tipo de atividade como atuação isolada.

Nesse sentido, a colaboração com o Pacto pela Democracia e a Rede de Advocacy Colaborativo (RAC) foram as principais formas que utilizamos para incidir politicamente em temas que nos eram caros, sem comprometer nossa capacidade de trabalho em nossos projetos. Ao todo, assinamos 15 notas e 10 artigos, a maioria resultado de iniciativas do Pacto ou da RAC. Além disso, atuamos coletivamente para bloquear vários retrocessos, como o decreto de classificação de sigilo de informação no começo do ano e a tentativa de reduzir a transparência na prestação de contas partidárias.

Nosso maior impacto, contudo, se deu pelas ações de **controle social** em parceria com outras organizações, sobretudo com o Observatório Social do Brasil e a rede de 21 observatórios, no escopo do projeto Obra Transparente, voltado ao monitoramento de obras de creches e escolas.

Como resultado, apenas no município de Araucária, no Paraná, conseguimos economizar mais de **um milhão de reais** em uma obra. Em alguns casos, as lacunas observadas na fiscalização de prefeituras acabaram sendo supridas justamente pelo trabalho de monitoramento realizado pelos observatórios sociais participantes do projeto. Em Foz do Iguaçu (PR), Taubaté (SP) e Goioerê (PR), por exemplo, os voluntários parceiros identificaram falhas que foram prontamente reportadas ao fiscal e à gestão municipal. Como resultado dessa atuação, as prefeituras cobraram as correções das empresas, que foram, em sua maioria, efetivamente realizadas. Houve casos em que a estrutura da creche entregue comprometeria não só usabilidade,

mas até mesmo a segurança de crianças e professores. É difícil contabilizar cada real economizado, mas por se tratarem de obras e contratações caras, envolvem milhões de reais.

Não obstante, o impacto da Transparência Brasil em 2019 não se mede apenas pelo dinheiro economizado dos cofres públicos. Foi muito gratificante ouvir, de uma voluntária de um Observatório Social participante do Obra Transparente, que fazer parte do projeto a ajudou em sua luta contra a depressão. A certeza de que o engajamento cívico traz resultados sociais, assim como pessoais, é motor para nossa própria atuação.

Os aprendizados de 2019 reforçaram nossa convicção de que **fortalecer a sociedade civil** é fundamental para melhorar as políticas públicas e a cultura democrática no Brasil. Sem transparência, o controle social não é possível. Sem uma **sociedade civil forte e atuante** no controle social, a transparência tem pouca valia.

Para 2020, continuaremos expandindo nossa atuação de forma a aumentar a transparência – e impedir retrocessos –, disponibilizando ferramentas e fortalecendo parcerias voltadas à ampliação do controle social. Os repasses de **educação** continuarão a ser o ponto focal de nossa atuação, e trabalharemos com políticas públicas de obras, merenda e transporte escolares, bem como com o FUNDEB. Além disso, voltaremos a trabalhar em parceria com a Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji) no projeto Achados e Pedidos, agora com foco na agenda de transparência socioambiental, área que também tem sido alvo de ataques governamentais.



Manoel Galdino

Diretor-executivo



Juliana Sakai

Diretora de operações

Transparência

2019 foi um ano turbulento na defesa da transparência pública e do acesso a informação. Logo em janeiro, o Executivo federal publicou o decreto nº 9.690/2019, alterando a regulamentação da Lei de Acesso a Informação e ampliando o rol de agentes públicos habilitados a decretar sigilo de informações públicas.

A Transparência Brasil encabeçou um movimento de reação e oposição a essa medida, que além de ampliar a possibilidade do uso injustificado e excessivo do sigilo – o que prejudicaria o monitoramento do poder público – estendeu o número de agentes públicos com acesso direto às informações verdadeiramente sensíveis, sujeitando-as a vazamentos.

Além disso, não houve tentativa alguma do governo de pautar uma discussão sobre o tema com a sociedade civil, nem mesmo nos espaços institucionais voltados especialmente para isso, como o próprio Conselho de Transparência Pública e Combate à Corrupção do governo federal, do qual a Transparência Brasil é membro. Isso demonstra o caráter antidemocrático e pernicioso dessa medida.

A mobilização intensa das organizações, aliada à presença na mídia e pressão junto às casas legislativas, rendeu frutos e culminou na revogação do decreto no mês seguinte, em 28 de fevereiro.

Seminário: TRANSPARÊNCIA FISCAL

Em março, a Transparência Brasil promoveu um seminário para discutir transparência fiscal no Brasil e no mundo e seu impacto na democracia. Com apoio do Consulado Geral dos Estados Unidos, o Instituto de Relações Internacionais da Universidade de São Paulo (IRI-USP), a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) e a Fundação Getúlio Vargas (FGV), o evento contou com apresentações do cientista político **James Hollyer** (Universidade de Minnesota), a diretora de operações da Transparência Brasil, **Juliana Sakai**, e do ouvidor da Secretaria da Fazenda do estado de São Paulo, **Florêncio Dos Santos Penteado Sobrinho**.

Seminário: TRANSPARÊNCIA a sete chaves

Em virtude dos 7 anos da Lei de Acesso a Informação, a Transparência Brasil reuniu-se em maio com a Abraji, a Artigo 19, a Conectas Direitos Humanos, o Instituto de Governo Aberto, a Open Knowledge Brasil, o Fiquem Sabendo e a Rede Pela Transparência e Participação Social (RETPS), e organizou o seminário “**Transparência a Sete Chaves: Como romper as barreiras do acesso à informação no Brasil**”.

Imersos em um cenário de **frequentes retrocessos na transparência pública** e no cumprimento da Lei de Acesso, entendemos como urgente e importante reunir a sociedade em torno do tema e elaborar uma estratégia

de enfrentamento a partir de **dados e diálogos**. Ao longo do evento, as organizações apresentaram relatórios e estudos com diferentes abordagens sobre a LAI, sua implementação e funcionamento.

Foram debatidas questões sobre transparência para o controle social local, sigilo de informações e privacidade de dados pessoais frente ao cenário atual, com atenção aos muitos casos de violação do acesso a informação e os retrocessos observados. Discutiu-se, ainda, perspectivas para aprimorar a implementação da LAI e as articulações da sociedade civil para reagir aos retrocessos e **defender a transparência pública e o direito à informação**.

Renovamos nossa parceria com a Abraji e a Fundação Ford, assegurando a manutenção do projeto [Achados e Pedidos](#). O projeto foi inicialmente construído como um repositório de respostas a pedidos via Lei de Acesso a Informação, de forma a multiplicar a utilidade das respostas, **transformando transparência passiva em transparência ativa**, ao mesmo tempo em que possibilita uma avaliação de como e se os órgãos estão atendendo adequadamente à LAI.

Ainda que a luta pela transparência deva ser constante em um estado democrático, os desdobramentos políticos mais recentes demonstraram uma necessidade iminente de resguardar a informação pública existente. No ano de 2019 surgiu a ameaça de um cenário de **apagão de dados intencional**, no qual o poder público não

somente se exime de atualizar dados e fornecer informações fidedignas, mas ativamente remove informações de sua páginas eletrônicas e afronta entes que gerem dados refletindo os resultados negativos do governo. Tornou-se crucial e urgente **impedir que a informação pública desapareça**.

Tendo isso em vista, o escopo do projeto foi ampliado para **salvaguardar dados público que corram risco de serem retirados do ar pelo próprio governo**. Em paralelo, o **Fórum** de Informações Públicas será retomado como articulação de organizações para evitar retrocessos e avançar na implementação da LAI, será lançado um **monitor socioambiental** para agregar informações públicas e gerar indicadores relevantes aos interesses de povos originários, quilombolas e demais comunidades tradicionais.

Frente Parlamentar de Transparência Pública (Alesp)

A Transparência Brasil acompanhou a formação da Frente Parlamentar pelo Fortalecimento da Transparência Pública na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (Alesp), composta por parlamentares de mais de 13 legendas distintas e lançada oficialmente em novembro de 2019.

Junto a outras organizações da sociedade civil, levantamos propostas e recomendações para o **fomento da transparência pública** específica ao legislativo estadual paulista, bem como na administração pública de todo o Estado. Entre as principais demandas estão o monitoramento do cumprimento da Lei de Acesso a Informação e a ampliação da transparência do Executivo estadual por meio do fortalecimento do Conselho de Transparência do Estado de São Paulo.

Conselho de Transparência Pública e Combate à Corrupção

Ao longo de 2019, o Conselho de Transparência Pública e Combate à Corrupção elaborou um plano de trabalho bianual (2019-2021) com seis grupos temáticos, dos quais a Transparência Brasil integrará os grupos 5 e 6:

1. Estímulo e fortalecimento do Controle Social;
2. Impactos e desafios sobre a obrigatoriedade de programas de integridade em contratações públicas;
3. Política de proteção ao denunciante e prestador de informações sobre crimes de corrupção;
4. Fortalecimento da transparência e da integridade pública em municípios;
5. *Prevenção da Corrupção Baseada em Evidências;*
6. *Monitoramento da transparência ativa.*

Ainda que o início dessas atividades estivesse previsto para 2019, o CTPCC conseguiu apenas elaborar o plano. As atividades dos grupos temáticos não foram iniciadas e já necessitam de revisões: no final de 2019, por exemplo, foi aprovado o decreto presidencial de proteção à identidade do denunciante de ilícitos ou irregularidades contra a administração pública federal.

Conselho de Transparência da Administração Pública do Estado de São Paulo

A Transparência Brasil continuou participando das reuniões Conselho de Transparência em 2019. Dentre as atividades que merecem destaque, o Conselho organizou um seminário sobre a **Lei Geral de Proteção de Dados**, em que a Transparência Brasil foi palestrante e abordou os possíveis impactos negativos da nova lei para a transparência pública e o controle social. Ao final do ano foi criado um grupo de trabalho para contribuir com o **PL de dados abertos** do estado de São Paulo.

Em uma das reuniões, a Transparência Brasil pautou a questão da **falta de transparência nas universidades paulistas**. Sob alegação de preservação da autonomia universitária, o estado de São Paulo, diferentemente do governo federal, exige as universidades estaduais de se submeterem ao mesmo fluxo recursal de acesso a informação que o restante da administração pública estadual. Assim, as universidades paulistas têm total autonomia para interpretar a LAI na forma que lhes for mais conveniente, sem que se possa questioná-las, sob devido respaldo jurídico da Procuradoria-Geral do Estado.

CONTROLE SOCIAL

MONITORAMENTO DE OBRAS DE CRECHES E ESCOLAS

O **impacto** alcançado no monitoramento de obras de escolas e creches é notável. O controle social realizado em conjunto com o Observatório Social de **Araucária (PR)**, utilizando nossos materiais de referência, resultou em uma economia superior a **R\$ 1 milhão** aos cofres públicos, ao evitar a construção injustificável de muros de arrimo.

Outros casos que merecem destaque: em **Taubaté (SP)**, o Observatório realizou o monitoramento mensal de quatro obras, e conseguiu que estas fossem **terminadas e entregues**, superando os atrasos que essas construções já acumulavam.

Tanto em **Foz do Iguaçu** quanto **Goioerê (PR)**, o controle social e monitoramentos semanais possibilitaram a identificação e a correção de falhas estruturais nas obras, evitando que fossem entregues unidades escolares inseguras ou de baixa qualidade.

Além do impacto já alcançado, o legado das atividades de controle social da Transparência Brasil e parceiros permite que outros atores, como o Observatório Social de Jequié, utilizem nossos materiais e metodologia em suas iniciativas locais de monitoramento.

Em evento de encerramento do projeto [Obra Transparente](#), reunimos para debate, em São Paulo, representantes do FNDE, do MPF, da CGU, da Confederação Nacional de Municípios (CNM), gestores públicos dos municípios participantes do projeto e os membros dos observatórios sociais locais. Discutimos o programa federal Proinfância e as dificuldades de implementação e fiscalização enfrentadas pelos atores envolvidos.

Capacitamos mais de 270 pessoas e oferecemos suporte a 21 observatórios no acompanhamento detalhado de 135 obras de escolas e creches. Nosso diagnóstico e recomendações sobre essa política pública estão organizados no relatório [Proinfância ou Problema na Infância?](#).

Meses após seu lançamento, o relatório continua sendo referência na avaliação de políticas de obras públicas educacionais. Os dados coletados foram utilizados no estudo [Diagnóstico sobre Obras Paralisadas](#) do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Além disso, o relatório foi citado em episódio do [Café da Manhã](#), podcast da Folha de São Paulo, como ponto de partida para uma discussão sobre os frequentes atrasos em obras públicas brasileiras.

2019 foi marcado pela dedicação e aprimoramento de diferentes ferramentas de tecnologia cívica para fomentar o controle social do poder público. Firmamos [parceria com a Tinker Foundation](#), a qual viabilizou tanto a manutenção do Tá de Pé, aplicativo para o monitoramento cívico de obras públicas de infraestrutura educacional, quanto o desenvolvimento de novas ferramentas de controle social: o **chatbot Rango** e a **plataforma de compras públicas**.

O [Tá de Pé](#) ficou mais robusto: além das obras de escolas e creches em si, o aplicativo passou a contar com as **obras de quadras esportivas nas unidades escolares**. O cidadão poderá monitorar a construção dessas obras dentro de escolas já entregues e em pleno funcionamento.

Encerramos 2019 com um total de **6.033** obras

de escolas, creches e quadras monitoradas no Tá de Pé, em todas as regiões do país. Ao todo, o monitoramento das obras resultou em **9.080** alertas enviados a prefeituras e órgãos de controle, cobrando providências sobre as construções atrasadas e paralisadas.

No intuito de ampliar o monitoramento e controle social de políticas públicas de educação, a Transparência Brasil desenvolveu e lançou o [chatbot Rango](#).

O Rango conversa com alunos, pais, professores e demais membros da comunidade escolar e coleta informações sobre a qualidade da merenda escolar na ponta.

Munida dessas informações, a Transparência Brasil identifica os problemas na entrega da política pública em cada escola e envia alertas para as autoridades governamentais competentes, solicitando apuração e correção.

Outra iniciativa consolidada em 2019 foi a construção de um **painel de dados** de processos de compras e contratações públicas no âmbito de políticas educacionais, com foco inicial na merenda escolar.

A plataforma, ainda em desenvolvimento, visa organizar dados públicos difusos em visualizações coerentes e informativas, materializando-se em uma ferramenta de monitoramento e controle social de políticas que facilite o trabalho de fiscalização das organizações da sociedade civil.

A ferramenta está em construção mediante parceria com o **Laboratório Analytics** da Universidade Federal de Campina Grande, e seu lançamento está previsto para 2020.

INTEGRIDADE

Combate à IMPROBIDADE PARTIDÁRIA

Aproveitando-se da tramitação avançada de um projeto de lei pouco relevante, deputados substituíram todo seu texto por uma minirreforma político-eleitoral, que reduziria a transparência da prestação de contas e promoveria a improbidade partidária. Em seguida, tentaram aprová-lo em regime de urgência, sem o devido debate com a sociedade nem com seus pares. Em conjunto com organizações como a Transparência Partidária, a Transparência Brasil atuou durante todo o rito do PL, enviando cartas abertas aos presidentes do Senado e da Câmara e mobilizando a opinião pública.

A incidência teve sucesso junto ao Senado. Contudo, quando o PL voltou à Câmara, o substitutivo foi trazido de volta e, com ele, muitas das medidas problemáticas. Após

sua aprovação e encaminhamento à sanção presidencial, ainda enviamos carta à Presidência da República, que vetou dois pontos críticos.

Ainda assim, a minirreforma político-eleitoral foi sancionada na forma da Lei nº 13.877. Apesar desta ter mantido medidas prejudiciais à prestação de contas – como a permissão do pagamento a contadores e advogados com recursos públicos – a **mobilização da sociedade civil** foi determinante e crucial para impedir uma redução ainda maior da transparência na prestação de contas partidárias e a anistia às penas já aplicadas a partidos e políticos.

Em 2019, a Transparência Brasil passou a integrar a **Rede de Advocacy Colaborativo (RAC)**, uma frente conjunta de 33 organizações da sociedade civil cujo objetivo é conectar interesses coletivos e difusos da sociedade civil com o parlamento brasileiro. A RAC atua em quatro eixos temáticos: direitos humanos, desenvolvimento socioambiental, transparência e integridade, e nova economia. Nossa atuação esteve concentrada no eixo de **transparência e integridade**.

Além de receber capacitação em comunicação e advocacy, definimos a estratégia de comunicação do nosso eixo de atuação – medida fundamental, considerando a pequena

quantidade de organizações que atuam nessa área e a consequente necessidade de maior eficiência das ações de incidência.

Em conjunto com as demais organizações participantes, como o Movimento Transparência Partidária, Instituto Ethos, a Transparência Internacional, Fundação Tide Setúbal e Open Knowledge Brasil, incidimos sobre o PL de regulamentação do lobby no Congresso Nacional e debatemos a proposta da nova Lei de Licitações.

Neste ano, passamos a integrar o grupo de organizações do **Pacto pela Democracia**, fundamental na estratégia de agir conjuntamente. Subscrevemos a notas promovidas dentro do grupo em defesa da democracia, assinamos a um artigo em parceria com a Conectas contra o monitoramento de organizações da sociedade civil pela Secretaria de Governo e participamos do ato público no evento **Em Frente pela Democracia**, alertando para a necessidade de uma pauta positiva anticorrupção que fuja do moralismo e do punitivismo, tão recorrentes no debate atual.

09

Carta conjunta ao ministro da Secretaria de Governo, Carlos Alberto dos Santos Cruz

JANEIRO

[LINK](#)

24

Nota sobre o Decreto n. 9.690/2019 - classificação de sigilo de informações

JANEIRO

[LINK](#)

24

Nota conjunta sobre o Decreto n. 9.690/2019 - classificação de sigilo de informações

JANEIRO

[LINK](#)

30

Carta aberta ao CTPCC da CGU sobre decreto de sigilo de informações

JANEIRO

[LINK](#)

28

Nota conjunta pela revogação do Decreto n. 9.690/2019

FEVEREIRO

[LINK](#)

28

Nota conjunta sobre PL que anistia multas a partidos políticos

MARÇO

[LINK](#)

31

Nota pública conjunta: Ditadura não se celebra. Democracia, sim.

MARÇO

[LINK](#)

12

Nota sobre decreto n. 9.759/2019, que extingue colegiados federais.

ABRIL

[LINK](#)

11

Nota conjunta em defesa da liberdade de expressão e imprensa.

JULHO

[LINK](#)

05

Nota conjunta contra apagão de dados

AGOSTO

[LINK](#)

24

Carta aberta conjunta ao presidente do Senado contra o PL nº 5.029/2019

SETEMBRO

[LINK](#)

18

Carta aberta conjunta ao presidente da Câmara contra o PL nº 5.029/2019

SETEMBRO

[LINK](#)

23

Carta aberta conjunta ao presidente da República por vetos na Lei de Improbidade Partidária

SETEMBRO

[LINK](#)

24

Solicitação de esclarecimento sobre declaração presidencial em favor da repressão a protestos

OUTUBRO

[LINK](#)

30

Carta aberta conjunta à Ministra Rosa Weber sobre prestação de contas de partidos políticos

OUTUBRO

[LINK](#)

Promoção de ideias

Em tempos de desinformação, a Transparência Brasil optou pela produção de conteúdo informativo e qualificado, com análises e posicionamentos sobre questões urgentes ao debate público, na coluna assinada pelo diretor-executivo Manoel Galdino. Em 2019, foram produzidas **21 colunas**, enviadas com exclusividade para os associados e, posteriormente, divulgadas ao público uma vez ao mês na Newsletter.

Destacamos a [coluna de número 18](#), na qual Galdino denuncia a crescente ameaça de criminalização da sociedade civil, considerando os desdobramentos do inquérito e da prisão preventiva dos membros da Brigada de Alter do Chão, em 27 de novembro. Dada a gravidade do tema, essa edição da coluna foi excepcionalmente aberta ao público.

Produzimos, ao todo, 21 publicações entre relatórios, manuais, guias técnicos e análises.

Diagnóstico de efetividade de pedidos via LAI para nível local e o impacto no controle social

Após 7 anos de aprovação da LAI, continuamos enfrentando problemas na sua implementação. Nas solicitações via LAI sobre obras de escolas e creches, 60% dos pedidos não foram atendidos ou só foram atendidos parcialmente. O baixo atendimento mostra uma **dupla opacidade** nos dados de obras e contratos públicos. O descaso do Ministério Público, que deixa de punir quem não cumpre a LAI, contribui para esse cenário.

Proinfância ou Problema na Infância? Os desafios na construção de creches e escolas em municípios brasileiros

O relatório final do Obra Transparente mostra que das 135 obras de escolas e creches acompanhadas pelo projeto, **apenas 25 foram concluídas** – 22 dessas com atrasos. Outras 52 obras estão atrasadas ou paralisadas, e 55 foram canceladas.

Uso de transporte privado pela Prefeitura de São Paulo possui falhas na prestação de contas e irregularidades

O relatório mostra **falhas na prestação de contas** e indícios de **irregularidades** no uso de transporte privado pela Prefeitura de São Paulo. Entre as irregularidades encontradas nos dados obtidos via Lei de Acesso a Informação, constam corridas excessivamente curtas, sem registro de quilometragem e outras com duração superiores a 12 horas.

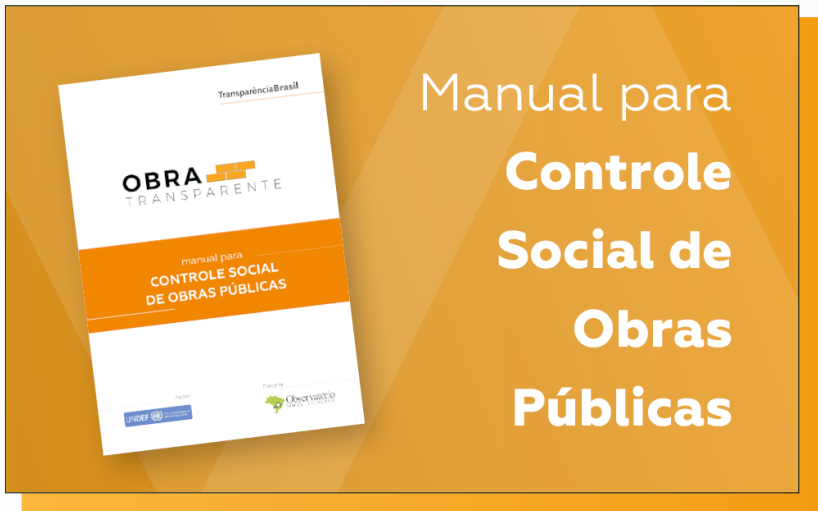
Obras federais paralisadas de creches e escolas com maiores chances de serem concluídas

O relatório preparado para a Fundação Maria Cecília Souto Vidigal identifica obras federais para construção de creches que estão paralisadas e têm maiores chances de serem concluídas. O levantamento foi realizado a partir do desenvolvimento de um **modelo preditivo** construído com uma série de dados históricos sobre a construção dessas obras, coletados pela Transparência Brasil.

What do Brazilian citizens use Freedom of Information Law for – a typology of FOIL requests

Apresentado na **6th Global Conference on Transparency Research**, o artigo constrói uma tipologia de pedidos realizados via Lei de Acesso a Informação no Brasil. Utilizando a própria LAI, solicitamos as bases de dados dos pedidos via LAI realizados a diferentes órgãos públicos brasileiros. Estes pedidos foram classificados utilizando uma metodologia híbrida de machine learning e classificação humana, produzindo sete áreas temáticas que englobam **44 assuntos**

diferentes. Os resultados encontrados sugerem que a LAI é utilizada mais intensamente para o controle social e que, em geral, o governo não é transparente no que tange o fornecimento de informações básicas.



Manual para Controle Social de Obras Públicas



Guias para controle social de obras públicas

Manuais e checklists para monitoramento de obras e análise de risco de fraude em licitações públicas

Produzimos uma série de materiais para orientar o controle social de obras e contratações públicas por cidadãos e organizações da sociedade civil, como manuais, checklists e materiais de referência para estudos.

Para estimular e facilitar o uso destes manuais, preparamos uma coleção de guias que orienta quem está começando a acompanhar o tema e agiliza a consulta de quem busca em especificidades do monitoramento.

Reforçar a cultura da transparência, não do sigilo

[Estadão](#)

Projeto que propõe mudanças no sistema dos partidos e nas regras eleitorais é retrocesso

[Estadão](#)

O saldo da transparência

[Estadão](#)

Por maior representação feminina na política: cotas de cadeiras no Legislativo

[Poder360](#)

Congresso é omissivo quanto ao uso de recursos de multas de corrupção

[Poder360](#)

Como conciliar transparência pública e proteção de dados?

[Poder360](#)

Sociedade deveria participar de debate sobre aumento do fundo eleitoral

[Estadão](#)

Fim de colegiados é caminho para governo corrupto e ineficiente

[Poder360](#)

Controle governamental ameaça direito constitucional de livre organização

[Estadão](#)

PEC da corrupção: Reduzir os controles de fiscalização é retrocesso

[Folha](#)

Projeção

Eventos

Participação em mais de **40 eventos**, como audiências públicas, palestras e reuniões com autoridades.

Mídia

A Transparência Brasil foi **citada** mais de **270** vezes pela mídia. Concedemos entrevistas ao Jornal Nacional que somam **53 segundos** no ar, com equivalente publicitário estimado em R\$ 1,5 milhão.

Se somarmos o tempo de aparição em outros programas e emissoras, o total da estimativa para este equivalente publicitário chega a **R\$ 2,1 milhões**.



Audiência pública no Supremo Tribunal Federal sobre candidaturas avulsas nas eleições

Prêmios



Recebemos o **Prêmio Transparência e Fiscalização Pública** da Câmara dos Deputados, Comissão de Fiscalização Financeira e Controle (CFFC) e a Secretaria da Transparência (SE-TRAN), na categoria Sociedade Civil.



Conquistamos o 2º lugar na categoria responsabilidade social do **VII Prêmio República de Valorização do Ministério Público Federal**, da Associação Nacional dos Procuradores da República - ANPR, pelo projeto **Obra Transparente**.



Recebimento do Prêmio Transparência e Fiscalização Pública, na Câmara dos Deputados

Em 2019, a Transparência Brasil se tornou membro de duas redes/iniciativas internacionais. Em março deste ano, tivemos candidatura aprovada na [Extractive Industry Transparency Initiative](#) – Iniciativa de Transparência da Indústria Extrativa, EITI na sigla em inglês. O Brasil não faz parte da EITI, mas dada a importância do setor extrativista para nossa economia e a falta de transparência do setor, decidimos entrar na iniciativa para, no futuro, incidir sobre o governo brasileiro para que o país integre a EITI.

Em dezembro, tivemos nossa candidatura aprovada junto à [Evidence in Governance and Politics](#) – Evidência em Governança e Política, EGAP na sigla em inglês –, que é uma rede de pesquisadores e ativistas do terceiro setor engajados em produzir avaliações rigorosas de intervenções em políticas públicas, como fizemos com o Tá de Pé, em que desenhamos um experimento aleatório controlado para avaliar o impacto do controle social com o aplicativo. Ao fazer parte da rede, ampliaremos as possibilidades de parcerias com pesquisadores interessados em avaliar o impacto do nosso trabalho, bem como teremos acesso à financiamento para nossos projetos.

AGRADECIMENTOS

Financiadores



Parceiros

- Artigo 19
- Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji)
- Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (ATRICON)
- Atados
- Casinha 161
- Conectas
- Confederação Nacional dos Municípios (CNM)
- Consulado dos Estados Unidos em São Paulo
- Controladoria-Geral da União (CGU)
- Controladoria-Geral da União em Santa Catarina (CGU-SC)
- Controladoria-Geral da União em São Paulo (CGU-SP)
- Defensoria Pública do Estado de São Paulo
- Fiquem Sabendo
- Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP)
- Fundação Getúlio Vargas (FGV-SP)
- Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE)
- Instituto de Governo Aberto (IGA)
- Instituto de Relações Internacionais da Universidade de São Paulo (IRI/USP)
- Laboratório Analytics da Universidade Federal de Campina Grande
- Mapa Educação
- Ministério Público Federal (MPF)
- Ministério Público Federal no Rio de Janeiro
- Movimento Mulheres Negras Decidem
- Movimento Transparência Partidária

Parceiros

- Observatório Social de Porto Alegre
- Observatório Social do Brasil e rede de 21 Observatórios Sociais
- Open Knowledge Brasil
- Ouvidoria-Geral da União
- Pacto pela Democracia
- Pandô APPs
- ponteAponte
- Pulso Público
- Rede de Advocacy Colaborativo (RAC)
- Rede pela Transparência e Participação Social (RETPS)
- Rubens Naves Santos Jr. Advogados
- Studio Cubo
- Take
- TERA
- Tribunal de Contas da União
- Andréa Gozetto
- Carla Fátima Pereira da Silva
- Rubens Kuhn
- Hector Mujica
- Herman Benjamin
- Marcos Melo
- Nazareno Andrade
- Sérgio Souza Lima
- Silvano Damasceno
- Tarcila Kiyari
- Tomás Bueno
- Umberto Mignozzetti
- Valmir Gomes Dias

Doadores

- Abril Comunicações S/A
- Alexandre Alves da Silva
- Andréa Teixeira Oliveira
- Christianne de Carvalho Stroppa
- Daniel Aguiar Espínola
- Leandro Dalmarco
- Diego Pereira Machado
- Fernanda Evelin Soares Camarço
- Fernando A. Simões Filho
- Fernando Neves da Silva
- Gilberto Pereira
- Giovani Meneghel
- Henriette Krutman
- Jacque Damasceno Pereira Júnior
- Jaime Lasevitz
- Jandyr Travassos
- Jorge Elias Mahtuk
- José Ribamar da Costa Assunção
- José Vicente Santos de Mendonça
- Jussara B. Lauer
- Lucas Penido Alipio
- Luiz Fernando Vieira Vasconcellos de Miranda
- Luiz Gusmão
- Marcelo Beraba
- Marcelo Granja Nunes
- Marcelo Xavier dos Reis
- Maria do Carmo de Mattos Tambellini Feijó
- Mariana de Almeida Chaves
- Marina El Tayar
- Mario Baldini Neto
- Mateus Antunes Braga
- Paulo Cesar de Mello
- Robson Mancini
- Rodrigo P. Ceccon
- Rosa Alice R. Amaro
- Simone Friche
- Vanessa Prata
- Vera Branco
- Vitor Kneipp

Voluntários

- Adriano Farinácio
- Beatriz Cristina Cari
- Carlos Otávio Souza Martins Serra
- Cíntia Yuri
- Danae Aparecida Lopes
- Eduardo Azevedo
- Fernanda Freitas Gonçalves
- Fernanda Lowndes
- Gabriele Roque
- Helio Toshiaki Sayama
- João Pedro Lino
- José Carlos Palacios Munoz
- Juliana Zanata
- Leandro Marcondes Carneiro
- Leonardo Augusto Garcia Leme
- Leonela Souza de Oliveira
- Letícia Tamy Prado Imanishi
- Leticia Tida Nishikawa
- Luciana Penas da Silva
- Maria Cristina Cristofolletti Nitaques
- Miriam Tida Nishikawa
- Nathally Vieira
- Nayara Gabrielli Santos Cruz
- Raphael Gimenes
- Rodrigo Darini Valente
- Sérgio Alberto Colaço de Oliveira

INSTITUCIONAL

Sobre a Transparência Brasil

A Transparência Brasil é uma organização da sociedade civil suprapartidária, autônoma, independente e sem fins lucrativos. Promovemos a transparência e o controle social do poder público, contribuindo para a integridade e o aperfeiçoamento das instituições, das políticas públicas e do processo democrático.

Equipe

Manoel Galdino	Diretor-executivo
Juliana Sakai	Diretora de operações
Bianca Mondo	Gerente de projetos
Jessica Voigt	Cientista de dados
Lorena Cardoso	Analista de administração e finanças
Bianca Berti	Analista de integridade e controle social
Thiago Teixeira	Analista de transparência e comunicação
Gil Camargo	Voluntário em gestão de projetos <i>(até 11/2019)</i>
Renata Galf	Analista de transparência e comunicação <i>(até 03/2019)</i>
Elisa Tobias	Estagiária de comunicação <i>(até 09/2019)</i>

Conselho Deliberativo

Eduardo Capobianco presidente

Kavita Miadaira Hamza vice-presidente

Augusto Miranda

Bruna Santos

Francisco Soares Masculo

Guilherme Alpendre

Marcela Cristina Arruda Nunes

Marcelo Kalil Issa

Maria Goretti Dal Bosco

Raymundo Magliano Filho

Rubens Naves

Conselho Fiscal

Fábio Moraes da Costa

Henrique Gonçalves de Freitas

Paula Miadaira

Receitas **R\$ 1.025.639,61**

Doação (pessoas físicas)	R\$ 33.215,84
Doação (TERA)	R\$ 24.000,00
Doação (FMCSV)	R\$ 30.600,00
Doação (Facebook)	R\$ 81.786,92
Doação (Ford Foundation)	R\$ 65.000,00
Doação (Tinker Foundation)	R\$ 514.465,40
Doação (UNDEF)	R\$ 241.481,15
Doação (Consulado dos EUA em São Paulo)	R\$ 5.358,53
Doação (Abril Comunicações S/A)	R\$ 4.995,00
Prêmio República (ANPR)	R\$ 3.000,00
Rendimentos financeiros	R\$ 21.736,77

Despesas **R\$ 899.391,97**

Auditoria	R\$ 7.200,00
Parceiros e fornecedores	R\$ 121.379,79
Comunicação	R\$ 16.264,96
Pessoal	R\$ 529.430,95
Viagens	R\$ 37.451,76
Eventos	R\$ 65.965,13
Custos indiretos	R\$ 121.699,38

Superávit R\$ 126.247,64

Saldo em caixa

31/12/2018	R\$ 317.110,87
31/12/2019	R\$ 454.445,22

TransparênciaBrasil



www.transparencia.org.br



contato@transparencia.org.br



(11) 3259 6986



Rua Professor João Marinho, 161

Paraíso, São Paulo - SP

CEP: 04007-010



[brasil.transparencia](https://www.facebook.com/brasil.transparencia)



[@trbrasil](https://twitter.com/trbrasil)



[transparencia_brasil](https://www.instagram.com/transparencia_brasil)